

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta
5 minutos, deu-se início a 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo
7 GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão
8 dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,
9 execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de
10 ausência; **Item II** - Discussão e análise dos pedidos de reconsideração relativos aos
11 processos de outorga: Nº 2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos
12 Imobiliários Ltda.); Nº 2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) e Nº
13 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.); **Item III** –
14 Aprovação da Deliberação (minuta em anexo) sobre a composição do Grupo de
15 Trabalho para estudo, correções e contribuições na Proposta de Deliberação Normativa
16 para restrição no uso de água subterrânea no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica
17 dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; **Item IV** - Assuntos Gerais e
18 **Item V** - Encerramento. **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 36
19 (trinta e seis) membros, representando 32 (trinta e duas) Instituições, sendo os
20 seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação**
21 **Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Secretário**
22 **Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**
23 **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela Macedo**
24 **Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Rodrigo**
25 **Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG),**
26 **Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -**
27 **PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas -**
28 **IGAM), Rubén César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM),**
29 **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do**
30 **Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de**
31 **Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Giovani Adison**
32 **Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), Antônio Carlos Ferreira de**
33 **Carvalho (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Claudinéia de Carvalho**
34 **Barbosa (Prefeitura Municipal de Ipuíuna), Priscila Magne Bueno (Prefeitura**
35 **Municipal de Santa Rita de Caldas), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura**
36 **Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura**
37 **Municipal de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas),**
38 **Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla**
39 **Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), Joelmar Lucas Andrade**
40 **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Sérgio Luiz Resende (Companhia de**
41 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Mário Montingelli Neto (Companhia de**
42 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**
43 **S/A), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA),**
44 **Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas**
45 **(Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Josimar dos Reis**
46 **Marques (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas -**

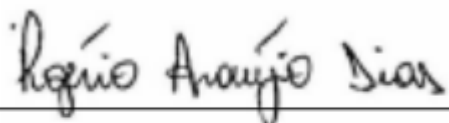
47 **DMAE), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**
48 **Poços de Caldas - ASMIPC), Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros,**
49 **Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende**
50 **(Associação Poços Sustentável - APS), Irineia Ardisom da Silveira Souza (ONG**
51 **Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura -**
52 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**
53 **Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**
54 **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas),**
55 **Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-**
56 **MG), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**
57 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo**
58 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Claudiomir Silva**
59 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho). Também**
60 **estiveram presentes os seguintes convidados: Márcia Helena Quintero Lêda**
61 **(Responsável Técnica pelos projetos de outorga da Pollo Engenharia e de**
62 **Antônio Ângelo Rocha), Luiz Francisco Pereira e Karl Wagner Acerbi (LF**
63 **Saneamento, Responsáveis Técnicos pelo projeto de outorga da Costa do Sol**
64 **Empreendimentos Imobiliários), Lucas Augusto Carmo de Assis (Arquiteto da**
65 **Pollo Engenharia), Ana Letícia Martins (Advogada da Pollo Engenharia), Nelson**
66 **Domingues (Advogado da Pollo Engenharia), Juan Carlos dos Reis Cardoso**
67 **(Pollo Engenharia), Pâmela Stefânia da Silva Sá Leite (Costa do Sol), Marina Melo**
68 **(Técnica do IGAM), Paulo Pinheiro (engenheiro - Caldas), Danúbia Cardoso**
69 **(Técnica do IGAM) e Deivid Oliveira. Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente**
70 **Rogério Araújo Dias, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma boa**
71 **reunião. Na sequência, o Presidente solicitou a execução do Hino Nacional e convidou**
72 **todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de**
73 **ausências. Passou-se então para o Item II - Discussão e análise dos pedidos de**
74 **reconsideração relativos aos processos de outorga: Nº 2240.01.0003111/2020-25**
75 **(Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda.); Nº 2240.01.0002285/2020-17**
76 **(Antônio Ângelo Rocha) e Nº 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e**
77 **Incorporações Ltda.); o presidente Rogério estipulou 5 minutos para cada colocação,**
78 **concedendo a palavra primeiramente para o coordenador da CT de Outorga, Juvenal,**
79 **posteriormente para o técnico do IGAM que acompanha o processo e em seguida para**
80 **os empreendedores. O coordenador Juvenal começou falando sobre o processo da**
81 **Costa do Sol, onde será feita uma canalização de 177m no córrego, a montante da Av.**
82 **João Pinheiro e disse que a Câmara Técnica, analisando a documentação que foi**
83 **apresentada, entendeu que não foram adicionadas informações relevantes com relação**
84 **ao mesmo e portanto, a CT optou pelo não acolhimento do pedido de reconsideração,**
85 **mantendo-se assim a negativa à solicitação de outorga. O presidente Rogério convidou**
86 **o técnico representante do IGAM, que acompanhou o processo, a fazer uso da palavra.**
87 **Ruben disse que os estudos apresentados seguiram todos os critérios exigidos para a**
88 **análise deste tipo de processo, e o IGAM entendeu a viabilidade da obra ser**
89 **executada. Disse que os estudos de vazão foram feitos por métodos bem**
90 **conservadores, o método racional, que superestima a vazão, foi adotado um novo**
91 **critério do cálculo para dimensionamento do canal, um coeficiente de racionamento**
92 **considerando o canal a ser executado e comporta plenamente a vazão de projeto, que**

93 foi considerado o efeito do aumento da velocidade de escoamento no canal, sendo que
94 a canalização vai desembocar no Ribeirão Poços de Caldas, com obras de melhorias,
95 de condições de drenagem e que portanto, o IGAM mantém o seu posicionamento. O
96 coordenador Juvenal salientou que o trabalho do IGAM foi impecável e que, em
97 momento algum questionaram os cálculos, e o posicionamento da CT se deu em razão
98 das situações extremas, climáticas, que são imprevisíveis e trata-se de uma obra
99 privada que não tem relevância pública, razão pela qual os custos-benefícios não
100 contemplam esta variável. Neste momento, o presidente Rogério passou a palavra para
101 o Luiz Francisco, representante técnico da Costa do Sol que perguntou se todos leram
102 o pedido de reconsideração, pois explicou que o mesmo está bem completo, que todos
103 os cálculos foram baseados em técnicas científicas e questionou o motivo deste
104 modelo de cálculo não ser aceito, já que é o modelo utilizado no mundo inteiro. Expôs
105 também que do ponto de vista geográfico das bacias, a canalização representa apenas
106 2% de toda a drenagem e portanto, isto não causaria um efeito significativo de qualquer
107 ordem na região. Sendo assim, do ponto de vista técnico, mostraram que o risco é
108 muito baixo, que utilizaram todas as técnicas que o IGAM utiliza, que se basearam na
109 técnica e na ciência. O presidente Rogério agradeceu e reiterou que o relatório
110 recebido foi bem detalhado e elucidado e parabenizou por ter sido o relatório mais rico
111 em conteúdo dos três processos. A palavra foi concedida à conselheira Laene que
112 solicitou vistas dos três processos com a justificativa de enriquecer ainda mais esta
113 discussão na próxima reunião, dia 13/04, e verificar o alinhamento com a CT, com
114 todos os conselheiros e com o Igam. A conselheira Ângela pediu a palavra e disse que
115 não concorda com o pedido de vistas por todo o trabalho que foi despendido na análise
116 destes processos, sendo que todos são voluntários e dedicaram o seu tempo para ler,
117 analisar, se reunir e que tudo que foi pedido aos empreendedores foi anexado aos
118 processos e que em nome da eficiência, na opinião dela não deveria ser concedido o
119 pedido de vistas à esta altura e que não deveria mais se postergar decisões que já
120 podem ser tomadas depois de tanto tempo. A conselheira Laene se retratou dizendo
121 que é uma prerrogativa que tem no Regimento e que o novo processo veio com
122 informações novas. Neste momento, o Sr. Nelson, advogado da Pollo Engenharia, se
123 manifestou contrário ao pedido de vistas, pois disse que o mesmo não é razoável após
124 quatro anos do processo. Juvenal tomou a palavra e disse que o compromisso da CT é
125 com a eficiência e com as devidas respostas e que portanto entende que o pedido de
126 vistas é pertinente. O presidente Rogério concedeu o pedido de vistas da conselheira
127 Laene, instruindo a mesma a apresentar um relatório no prazo de 15 (quinze) dias
128 úteis, conforme Regimento Interno. Maria Teresa, membro da CT de Outorga, tomou a
129 palavra e se absteve da votação desta pauta, concordando com o Sr. Nelson que
130 quatro anos é muito tempo para um processo ficar parado no Estado, seja por qual
131 motivo for. Ela frisou que estes três casos foram exaustivamente discutidos e
132 trabalhados pela CT de Outorga. Detalhou cada um deles e disse que não concorda
133 com a maneira com que os casos foram encaminhados ao Comitê e o modo como os
134 advogados trataram os conselheiros, disse que se sentiu ofendida e desrespeitada por
135 eles, pois o trabalho que fizeram nas análises destes processos foi árduo e além do
136 mais, feito por voluntários que tem suas outras responsabilidades, mas que tem um
137 compromisso com o Comitê. Portanto, concluiu que a posição dela permanece a
138 mesma pelos motivos que foram expostos. Logo em seguida, o conselheiro Leonel se

139 manifestou e questionou porque foi feita uma sondagem somente até 6m de
140 profundidade, se não deveria ter sido feita até a profundidade das fundações. Outra
141 sugestão dada por ele foi a de que os processos sejam encaminhados ao Ministério
142 Público para que seja feito uma avaliação, porque eles tem o conhecimento técnico e
143 jurídico. O presidente Rogério perguntou se mais alguém queria compartilhar o pedido
144 de vistas junto com a Laene e ninguém se manifestou. O conselheiro Eduardo lembrou
145 que não tem discussão sobre o pedido de vistas, mas o Regimento permite sim a vista,
146 ressaltou que ela deve ser feita uma vez só e que só pode ser mais de uma vez se
147 houver fato novo, devidamente fundamentado, e que está na previsão do pedido de
148 vistas a apresentação de um relatório em até 15 dias úteis após o pedido. Chamou a
149 atenção de todos os conselheiros e Câmaras Técnicas para que conheçam bem o
150 regimento do Comitê e o plano de bacia. Destacou à CT de Outorga que quando se
151 apresenta um parecer destes, deve-se detalhar cada questão para que não fiquem
152 dúvidas. Senão não se orienta a decisão do plenário, somente se manifesta a opinião,
153 o que diz respeito à competência e trabalho no Comitê. Pediu desculpas por não poder
154 ter participado desta última reunião da CT de Outorga porque tinha outros
155 compromissos e lembrou que deve ser preparada uma discussão diferenciada sobre
156 isto. E se disponibilizou para fazer um trabalho de capacitação com os conselheiros
157 juntamente com outras pessoas do IGAM, se houver necessidade. O presidente
158 Rogério agradeceu a participação dele e passou a palavra para a conselheira Ângela
159 que comentou as colocações do conselheiro Eduardo e frisou que nunca houve uma
160 participação tão expressiva por parte do IGAM, uma vez que seu representante se
161 presta como orientador de capacitação dos demais conselheiros. A palavra foi
162 concedida ao conselheiro José Edilberto que perguntou para os empreendedores se
163 eles tiveram acesso a fundamentação pessoal dele como conselheiro, nos processos
164 da Costa do Sol e do Antônio Ângelo. Sobre o processo da Pollo ele disse que vai
165 seguir o que a CT de Outorga recomendou. Relatou que fez uma síntese das
166 competências do Comitê e leu a mesma destacando as peculiaridades do Comitê GD6
167 no âmbito de Poços de Caldas, citando partes do decreto 47.383 e da lei complementar
168 140 que dispõe em seu parágrafo 3º: harmonizar as políticas e ações administrativas
169 para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar
170 conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente. Citou também a
171 Lei Estadual dos Recursos Hídricos nº 21.972 e o Decreto nº 47.705. Por fim, citou a
172 Deliberação nº 31 que coloca o Comitê como ente federativo, e fala sobre as
173 atribuições e responsabilidades do mesmo. Reclamou que realmente sentiu falta da
174 presença do IGAM na reunião. O conselheiro Eduardo se justificou dizendo que neste
175 caso especificamente a ausência dele na reunião foi devido à outras reuniões, já que
176 ele participa de outros Comitês. Com relação ao documento do José Edilberto, disse
177 que leu integralmente e que tem alguns contrapontos jurídicos, que deveriam ser
178 encaminhados ao IGAM para que o mesmo esclareça estas controvérsias. Mas, no
179 geral, a preocupação dele em especial, é que se o empreendedor disser que não foi
180 atendido no Comitê, ele poderá recorrer ao CRH e o problema disto é que perder-se-ia
181 o olhar local, regional, a observação do Comitê. Porque o CRH ainda que se atente
182 para as questões regionais, não tem a visão dos recursos hídricos e o conhecimento da
183 bacia e de Poços de Caldas como o Comitê tem e que enquanto puder esgotar os
184 esforços locais, isto deve ser feito. O coordenador Juvenal se manifestou dizendo que

185 o Comitê precisa amadurecer melhor quais são as atribuições no quesito “outorga” e
186 tem que haver compromisso com a qualidade da resposta e levar a todos os
187 conselheiros de uma forma muito clara quais são as suas atribuições e que conta com
188 o apoio do IGAM para isto. O presidente Rogério passou a palavra para o conselheiro
189 Joelmar que preferiu não discutir a matéria pelo fato dela ter sido retirada da discussão
190 devido ao pedido de vistas e lembrou que a reunião virou um grupo de discussões
191 sobre o Comitê. O presidente Rogério agradeceu e disse que todos os conselheiros
192 serão convidados a participar das discussões dos processos na Câmara Técnica. Logo
193 em seguida, passou a palavra para o Karl, representante da Costa do Sol, que lembrou
194 que o processo já teve origem no Ministério Público e portanto, o MP tem ciência sobre
195 o mesmo. O presidente Rogério disse que manterá todos os representantes dos
196 empreendedores a par de todos os assuntos. A conselheira Laene reforçou que não
197 coloca em duvida o trabalho da CT mas que gostaria de acrescentar algo a este
198 parecer. Disse que respeita todos os conselheiros, que os admira e que por isto tem
199 várias entidades e várias opiniões. Agradeceu a concessão do pedido de vistas e disse
200 que dentro de 15 dias entregará o relatório. O presidente Rogério passou para o **Item**
201 **III – Aprovação da Deliberação (minuta em anexo) sobre a composição do Grupo**
202 **de Trabalho para estudo, correções e contribuições na Proposta de Deliberação**
203 **Normativa para restrição no uso de água subterrânea no âmbito do Comitê da**
204 **Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo;** A
205 conselheira Ângela neste momento, disse que gostaria de retirar a proposta deste
206 Comitê, já que a mesma é de sua autoria, **e sugeriu que uma demanda de**
207 **regramento para água subterrânea no âmbito da Bacia** fosse feita diretamente ao
208 IGAM. Disse que não quer mais que o trabalho dela seja apreciado, pois acredita que
209 ele não tem mais significância para este Comitê **dado que pelo tom das**
210 **manifestações os conselheiros parecem não estar capacitados para exercer suas**
211 **funções.** Agradeceu a todos e disse que não tem mais nada a contribuir nesta área.
212 Porém, o presidente Rogério respondeu que o tema ainda prevalece e que o grupo de
213 trabalho vai ser instituído e o tema será mantido se todos concordarem. Perguntou à
214 conselheira Ângela se a instituição CREA ainda permanecerá inscrita no grupo de
215 trabalho e ela pediu um tempo para dar esta resposta **uma vez que teria que entrar**
216 **em contato com o representante titular.** O conselheiro Eduardo lembrou que no
217 artigo 12 do Regimento prevê que o pedido de vistas deve ser feito antes da matéria
218 ser submetida à votação. E que ele deixa uma dúvida se pode ser feito até o primeiro
219 momento da reunião ou se deve ser feito após o conhecimento do que a CT está
220 apresentando. Frisou que o pedido de vistas feito desta maneira vira um bloqueador da
221 reunião. Que ele vai discutir isto como IGAM. Neste momento, a conselheira Laene
222 disse que aguardou o posicionamento da CT e que em momento algum quis retirar a
223 apresentação da CT. O presidente Rogério se desculpou por ter se antecipado quando
224 ela pediu vistas no primeiro processo e ele perguntou se ela quis pedir para os três
225 processos ao que ela respondeu que sim, sem ter ouvido o parecer da CT técnica
226 antes. O conselheiro Eduardo disse que colocou uma novidade de uma observação
227 que aconteceu nesta reunião e o presidente Rogério disse que não houve um relatório
228 da CT encaminhado juntamente com a convocação porque foi em caráter
229 extraordinário e que não houve tempo hábil para a CT trazer um parecer na data de
230 hoje. O coordenador Juvenal se justificou dizendo que fará um detalhamento e

231 encaminhará para todos e resumiu o parecer: Costa do Sol foi mantido a posição
232 anterior. Antônio Ângelo, houve uma mudança de posicionamento, decidindo a CT
233 acolher o pedido de reconsideração indicando a concessão de outorga, considerando
234 que a situação já está estabelecida e consolidada, legalmente possível e em uma
235 condição onde a demolição é mais complicada que a manutenção e que tem situações
236 que não tem ocasionado impactos significativos a montante aliados ao fato que, junto
237 ao Ministério Público, é uma situação acolhida faltando somente a concessão da
238 outorga. Já no caso da Pollo que é a questão mais polêmica que envolve as questões,
239 houve depois de muita discussão, não acolhimento do pedido de reconsideração face a
240 algumas argumentações da área técnica específica de geologia, que a conselheira
241 Ângela tem auxiliado. Mas diante do que foi colocado, disse que aguardará as novas
242 colocações que virão para continuar as discussões. E se colocou à disposição agora e
243 no decorrer do processo. O presidente Rogério disse não podia mais deliberar sobre a
244 minuta da instituição do grupo de trabalho, já que a conselheira Ângela solicitou um
245 prazo para ver se mantém a inscrição do CREA ou não. E que quando tiver o parecer
246 da conselheira Laene, convocará uma reunião extraordinária para discutir o tema.
247 Sendo assim, passou para o **Item IV - Assuntos Gerais**; o presidente Rogério falou
248 sobre a publicidade do Comitê, a divulgação das reuniões e demais eventos do Comitê
249 e a intenção de divulgar os trabalhos do Comitê pelas redes sociais (facebook,
250 instagram e outros). Disse também que será verificada a questão das Câmaras
251 Técnicas do CBH GD6, que poderá haver a necessidade de remodelagem de algumas
252 delas devido à falta de conselheiros nas reuniões e que está sendo feito um trabalho
253 para publicar as portarias de instituição as câmaras técnicas novamente e que esta
254 divulgação do Comitê poderá ser trabalhado inclusive pela Câmara Técnica do Meio
255 Ambiente. Neste momento, o conselheiro Eduardo reiterou que no Portal dos Comitês
256 tem todas as informações sobre os Comitês de bacias, as pautas das reuniões,
257 documentos e minutas. **Item V - Encerramento**; Nada mais havendo a tratar, a 1ª
258 Reunião Extraordinária do ano de 2021 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às
259 12h15min.



Rogério Araújo Dias
Presidente CBH – GD6